

RELATÓRIO DAS AUDIÊNCIAS DO FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS COM O GOVERNO DILMA

DATAS: 14 E 15 DE MARÇO DE 2012

LOCAL: SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO – BLOCO C DA ESPLANADA

PARTICIPANTES: Pelo Fórum das Entidades dos Servidores Federais (SINASEFE, CSP Conlutas, FASUBRA, CONDSEF, FENASPS, ANDES, CUT e outras 23 Entidades Representativas dos Servidores Federais, chegando a 30 representações); e pelo Governo (Sergio Mendonça, o novo Secretário, Marcela Tapajós e Edina)

Com um novo Secretário de Relações de Trabalho, responsável pela interlocução com as Entidades de Servidores Federais, foram realizadas duas audiências das quais participou o SINASEFE, com outras 29 Entidades que compõem o Fórum. Foi feita a apresentação da pauta de reivindicações no que diz respeito à pauta salarial, dos benefícios e dos PLs que tramitam hoje no Congresso Nacional e que retiram nossos direitos.

Na primeira audiência, realizada no dia 14 de março, as Entidades de Servidores Federais apresentaram, através das três Centrais que compõem o Fórum (CSP Conlutas, CUT e CTB) as seguintes questões:

- Revisão Geral dos Servidores Federais, em caráter emergencial, de 22,08%, a partir dos cálculos da inflação de 2010 a 2012, bem como o percentual de crescimento do PIB, chegando a este percentual;
- Política permanente de revisão geral dos salários, minimamente reajustando-os a partir da inflação anual, com o estabelecimento de uma data base onde ocorra tal revisão;
- Repactuação do prazo de 31 de março para abril, com a finalização dessas negociações até o final desse mês, por conta do envio da LDO que ocorrerá até 15 de abril.

O Secretário apresentou a velha posição de que o limite das negociações será agosto, quando da aprovação da LOA. Disse que qualquer outra data teria que ser primeiro dialogada com a Ministra e depois na Presidência da República, mas que achava difícil apresentar outra data no momento. Continuou, afirmando que um reajuste de 22% estaria bem distante da realidade e que uma revisão geral poderia inviabilizar as negociações setoriais. Ou seja, que não cabia no orçamento as demandas gerais e as específicas.

O importante foi que todas as Entidades se pronunciaram por não abrir mão do reajuste geral e que também não estava sendo cogitado que estariam abrindo mão também das negociações setoriais, até porque o reajuste emergencial de 22% não resolveria todas as distorções geradas pela falta de uma política salarial, que privilegiou alguns poucos setores em detrimento da maioria dos Servidores Federais. Como o ocorrido agora em 2011.

Depois de uma intervenção forte e bastante consistente do Fórum, restou ao Secretário pedir um tempo para que pudesse dialogar dentro do governo em relação às reivindicações dos Servidores Federais e apresentar posições mais concretas.

Antes do encerramento da audiência, foi articulada uma nova audiência para o dia seguinte (15 de março), onde seriam tratados os temas benefícios (auxílios transporte, saúde, alimentação e creche) além do valor fixo para insalubridade, colocado de “contrabando” pelo governo no PL 2203.

No dia 15 de março, voltamos à audiência, novamente com a equipe da reunião anterior, onde as Entidades apresentaram estudos e proposições acerca dos benefícios:

- Auxílio Saúde – Isonomia de tratamento e de valores com os outros poderes;
- Auxílio Creche – A mesma coisa, com a defesa do tratamento isonômico com os demais poderes (legislativo e judiciário);
- Auxílio Alimentação – Foi apresentado um estudo do DIEESE com o que se gasta com alimentação em todas as regiões brasileiras e apontando um valor de 593 reais como necessário reajustamento desse auxílio. Ainda foi questionado o fato de que já havia

negociações anteriores com o Secretário Duvanier e o mesmo já havia reconhecido da necessidade de um reajuste neste auxílio, balizando-se nos cálculos do DIEESE, IBGE e outros setores que o governo poderia vir a utilizar. Com a publicação de uma Portaria neste ano limitando o aumento a 373 reais (69 a mais do que é hoje) isso acaba colocando em questionamento a legitimidade da própria mesa de negociação.

Foi aí que surgiu uma reação bastante contundente por parte das Entidades, ao saberem pelo Secretário que ele sequer poderia afirmar que tal benefício seria reajustado este ano. Depois de um verdadeiro bombardeio o Secretário acabou se comprometendo a trazer um posicionamento sobre isso na próxima reunião. Vale registrar que as Entidades entendem que não existe a possibilidade que não haja o reajustamento desse benefício, até porque a LDO do ano anterior estabeleceu um congelamento para os auxílios acima dos 373 reais e não aos que ganham abaixo disso.

- Auxílio Transporte – Foi apresentado que os Servidores entendem que existe a necessidade de revisão dos cálculos da contrapartida dos servidores colocando essa contrapartida a partir de 6% do valor total das passagens e não mais dos salários dos Servidores. Ainda, ficou também bastante clara a necessidade da revogação da Orientação Normativa 04 que modifica irregularmente a legislação sobre este benefício. Nós do SINASEFE apresentamos as argumentações jurídicas e as decisões do STJ contra a referida Orientação Normativa. O Secretário ficou de avaliar juridicamente a questão para trazer um posicionamento sobre as proposições e pela revogação da referida Orientação.

Novamente o Secretário tentou se esquivar pedindo mais tempo para trazer respostas e as Entidades foram enfáticas ao afirmar da necessidade de que o governo apresente algo concreto já para 2012 e não aguardar o orçamento de 2013.

Como o tema benefícios precisou de um tempo maior para apresentação e argumentação, ficou proposto que o tema PLs ficasse para uma próxima reunião, já agendada para o dia 22 de março de 2012.

Além da agenda para o dia 22, as Entidades afirmaram a necessidade do governo apresentar alguma posição já no dia 28 de março, pois será uma data importante e que poderia viabilizar um posicionamento mais tranquilo da base, que começa a se mobilizar devido a falta de perspectiva e de cumprimentos de prazos negociados anteriormente. O Secretário aceitou realizar a reunião, mas que não garantiria trazer respostas concretas às demandas apresentadas.

Ainda sobre a agenda do dia 22, onde serão apresentadas as argumentações sobre o PL 2203 e demais PLs que nos prejudicam, será feita uma reunião das Entidades no dia 20 e com isso o SINASEFE irá apresentar as suas demandas sobre a inclusão dos docentes dos Ex territórios e das IFEs Militares. Os demais PLs também serão dialogados nesta reunião e depois aprofundados junto ao Secretário e governo.

NOSSA AVALIAÇÃO

O mais importante dessas reuniões foi ver a postura e defesa conjunta das Entidades que compõem o Fórum na busca da pauta unificada, mesmo não perdendo de vista as negociações setoriais. Isso nos permite ter a expectativa de podermos unificar o nosso movimento e futuras ações conjuntas.

Quanto às posições do Secretário, está mais do que claro que o governo pretende nos dividir mais uma vez e que vão tentar empurrar ao máximo as negociações para perto de agosto na busca de pressionar o rebaixamento de possíveis negociações e também na tentativa de negociações que quebrem a unidade das Entidades Sindicais.

O dia 28 de março acaba por se transformar em um marco da campanha salarial de 2012 e a possibilidade de uma unificação de um movimento ou até mesmo de uma greve do Setor dos Federais, algo mais difícil, porém bem mais próximo do que ocorreu no ano passado.

Para o SINASEFE, com um Congresso a ser realizado, poderemos sair com encaminhamentos concretos para a nossa luta em 2012.

**WILLIAM CARVALHO e VOLMIR MARCOS LIMA
PELO SINASEFE**